

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO  
DE ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Nome completo: \_\_\_\_\_

Identidade nº: \_\_\_\_\_ Órgão expedidor: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ Número de inscrição: \_\_\_\_\_

**PROVA OBJETIVA**

Data da aplicação: 28/07/2024

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:**

1. Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e quando for autorizado pelos fiscais da sala.
2. Ao receber este caderno, confira se ele contém **30 (trinta) questões**, com **4 (quatro)** alternativas de resposta cada uma, correspondente à Prova Objetiva.
3. Preencha seus dados pessoais neste caderno.
4. A duração da prova é de **4 horas**, já incluindo o tempo determinado para o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição das respostas para as folhas de texto definitivo das questões da Prova Discursiva.
5. O(a) candidato(a) deverá permanecer por, no mínimo, **1 (uma) hora** após o início das provas.
6. Aconselha-se assinalar, inicialmente, a resposta de cada questão neste caderno e, só depois, transferi-la para a Folha de Respostas. Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta, nem a comunicação com outros candidatos.
7. Para marcar a Folha de Respostas utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta. A marcação na Folha de Respostas é definitiva, não admitindo rasuras. Em nenhuma hipótese haverá substituição de Folha de Respostas por erro de preenchimento do candidato.
8. Só marque **UMA** resposta para cada questão.
9. Só se deve levantar-se com autorização dos fiscais de sala. Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe unicamente ao(à) candidato(a) interpretar e decidir.
10. É obrigatória a devolução do caderno de provas. O gabarito da prova objetiva e a íntegra dos respectivos cadernos de prova serão divulgados no site da PGE-CE ([www.pge.ce.gov.br](http://www.pge.ce.gov.br)), 1 (um) dia após sua realização.

Assinatura do(a) candidato(a): \_\_\_\_\_

---

**PROCESSO SELETIVO PARA O PROGRAMA DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES  
NA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**

---

**PROVA OBJETIVA**

---

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

- 1) Podem ser divididos em Municípios:**
- a) os Estados;
  - b) os Estados e o Distrito Federal;
  - c) o Distrito Federal e a Amazônia Legal;
  - d) nenhuma das alternativas.
- 2) O Poder Legislativo Federal é constituído sob o regime:**
- a) unicameral;
  - b) bicameral;
  - c) tricameral;
  - d) nenhuma das alternativas anteriores.
- 3) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta:**
- a) do Presidente da República;
  - b) de metade, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;
  - c) de mais de um terço das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros;
  - d) todas as alternativas estão corretas.
- 4) Assinale a alternativa correta:**
- a) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de 13 Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de quarenta e menos de setenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
  - b) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de dez Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e menos de cinquenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada;

- c) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.
- 5) A arguição de descumprimento de preceito fundamental será apreciada:**
- a) pelo Supremo Tribunal Militar;
- b) pelo Superior Tribunal de Justiça;
- c) pelo Tribunal Superior do Trabalho;
- d) pelo Supremo Tribunal Federal.
- 6) Tem legitimidade para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:**
- a) o Procurador-Geral de Estado ou do Distrito Federal;
- b) o Presidente do Senado;
- c) sindicato patronal ou laboral;
- d) partido político com representação no Congresso Nacional.
- 

## DIREITO ADMINISTRATIVO

- 7) A Constituição Federal garante a todos o direito de obter certidões de repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, sendo este direito uma concretização do seguinte princípio da Administração Pública:**
- a) princípio da moralidade.
- b) princípio da publicidade.
- c) princípio do acesso à justiça.
- d) princípio da universalidade dos serviços públicos.
- 8) Assinale a alternativa abaixo que define o poder de polícia sob a ótica do Direito Administrativo:**
- a) atividade estatal consistente em assegurar o cumprimento das leis e decisões judiciais em matéria administrativa transitadas em julgado.
- b) atividade estatal que engloba o policiamento ostensivo e investigativo no âmbito da Segurança Pública disciplinada pela Constituição.
- c) atividade estatal consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- d) atividade estatal não discricionária que limita o exercício dos direitos de liberdade de propriedade em prol da coletividade.

**9) Todas as alternativas a seguir apresentam entidades com personalidade jurídica de direito público, exceto:**

- a) Município com menos de 20 mil habitantes criado após a Constituição de 1988.
- b) empresa pública prestadora de serviço público indelegável.
- c) autarquia municipal criada com função de regulação da atividade econômica.
- d) fundação pública que explora atividade de saúde.

**10) Assinale a alternativa correta no que diz respeito à responsabilidade civil do Estado.**

- a) adota-se como regra geral a responsabilidade objetiva para os danos causados em razão da atuação de agentes públicos em nome de pessoa jurídica de direito público e de direito privado prestadora de serviços públicos.
- b) a doutrina jurídica administrativa evoluiu para a adotar a teoria do risco administrativo, sendo desnecessário em qualquer caso investigar se houve culpa na atuação administrativa que tenha causado um dano ao particular.
- c) o banco público que venha a causar um dano ao particular deverá ser responsabilizado sempre objetivamente, ainda que a relação jurídica não se enquadre como relação de consumo.
- d) a responsabilidade civil do Estado deverá ser excluída, caso o dano ao particular decorra de caso fortuito interno ou externo.

**11) Considera-se a seguir princípio dos serviços públicos.**

- a) princípio da inafastabilidade da licitação pública.
- b) princípio da continuidade do serviço público.
- c) princípio da irrenunciabilidade tarifária.
- d) princípio da quinquenalidade dos contratos.

**12) Assinale a alternativa correta relativamente aos servidores públicos:**

- a) o servidor público, após adquirida a estabilidade, somente poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado e processo administrativo onde garantido o contraditório e a ampla defesa.
- b) o emprego público difere do cargo público, pois o ingresso naquele não depende de concurso público, embora a Administração Pública adote tal prática usualmente tendo como finalidade selecionar candidatos com maior aptidão para o seu exercício.
- c) instituto jurídico adequado para provimento de cargo por servidor público aposentado que teve sua aposentadoria declarada insubsistente por perícia médica é a readaptação.

- d) a despesa de pessoal de determinado ente público, ainda que exceda os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, não pode ser adotado em nenhuma hipótese como fundamento para demissão ou exoneração de titulares de cargos públicos efetivos, por vedação constitucional expressa.

---

### DIREITO TRIBUTÁRIO

- 13) **Não se encontra de acordo com os preceitos da Lei n. 13.988, de 14 de abril de 2020, que dispõe sobre a transação tributária no âmbito federal, o seguinte enunciado:**
- a) A transação poderá contemplar a concessão de descontos nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos que sejam classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação. Entretanto, é vedada a transação que reduza o montante principal do crédito, assim compreendido seu valor originário, excluídos os acréscimos de que trata o inciso I do *caput* do artigo 11 da respectiva lei;
  - b) Os benefícios concedidos em programas de parcelamento anteriores ainda em vigor serão mantidos, considerados e consolidados para efeitos da transação, que será limitada ao montante referente ao saldo remanescente do respectivo parcelamento, considerando-se quitadas as parcelas vencidas e liquidadas, na respectiva proporção do montante devido, desde que o contribuinte se encontre em situação regular no programa e, quando for o caso, esteja submetido a contencioso administrativo ou judicial, vedada a acumulação de reduções entre a transação e os respectivos programas de parcelamento;
  - c) A proposta de transação e a sua eventual adesão por parte do sujeito passivo ou devedor autorizam, na forma da lei, a restituição ou a compensação de importâncias pagas, compensadas ou incluídas em parcelamentos pelos quais tenham optado antes da celebração do respectivo termo;
  - d) É vedada a transação que reduza multas de natureza penal, assim como envolva devedor contumaz, conforme definido em lei específica;
- 14) **Constituem modalidades de suspensão de exigibilidade, exclusão e extinção do crédito tributário, respectivamente:**
- a) Anistia, isenção e transação;
  - b) Moratória, parcelamento e compensação;
  - c) Isenção, moratória e remissão;
  - d) Moratória, anistia e transação;
- 15) **Assinale a opção correta acerca do princípio da Legalidade Tributária:**
- a) Conforme dispõe o artigo 97 do Código Tributário Nacional, somente a lei tributária pode atualizar monetariamente a base de cálculo do tributo, assim como realizar a sua majoração e a sua redução;

- b) As obrigações acessórias, bem como as multas pelo seu descumprimento, somente podem ser estabelecidas por lei, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 113 do Código Tributário Nacional;
- c) Segundo a Constituição federal de 1988, é vedado o uso de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, por violar o princípio da legalidade tributária;
- d) Os impostos residuais, de acordo com o previsto no artigo 154, inciso I, da Constituição Federal de 1988, somente poderão ser instituídos pela União mediante lei complementar, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;

**16) Sobre as limitações ao poder de tributar é incorreto afirmar:**

- a) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;
- b) Pelo princípio da imunidade recíproca, é vedado ao estado instituir impostos sobre o patrimônio de sociedade de economia mista que, instalada no território estadual, explore atividade econômica;
- c) A imunidade Tributária recíproca, concernente aos entes federativos, é extensiva às suas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- d) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil comendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contêm, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser;

**17) Sobre as normas gerais de Direito Tributário é certo afirmar que:**

- a) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa nos termos do artigo 116;
- b) Como forma de integração da legislação tributário o artigo 108 do CTN permite o emprego da equidade que, excepcionalmente, poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido;
- c) A lei é aplicável a ato ou fato pretérito quando seja expressamente interpretativa, incluindo a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;
- d) A lei tributária pode alterar a definição, o conteúdo e o alcance de institutos, conceitos e formas de direito privado, utilizados pela Constituição Federal, pelas Constituições dos Estados, ou pelas Leis Orgânicas do Distrito Federal ou dos Municípios, no intuito de definir ou limitar competências tributárias;

- 18) **No que se refere aos impostos estaduais previstos na Constituição Federal, é incorreto afirmar que:**
- a) O ITCD (Imposto de transmissão causa mortis e doação) terá a competência para sua instituição regulada por lei complementar se o de cujus possuía bens, era residente ou domiciliado ou teve o seu inventário processado no exterior;
  - b) O ICMS será seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;
  - c) De acordo com a Constituição Federal, o ITCD (Imposto de transmissão causa mortis e Doação) terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal;
  - d) No que se refere ao ICMS, a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação, não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;

---

#### DIREITO PRIVADO E TEORIA GERAL DO DIREITO

- 19) **Em seu trabalho na Procuradoria da Dívida Ativa, o estagiário recebe a atribuição de analisar minuta de instrumento de compartilhamento de dados de autarquia estadual para o órgão fiscal. A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei federal 13.709/2018) estabelece, em seu Capítulo IV, normas para o tratamento de dados pelo Poder Público: “O tratamento de dados pessoais pelas pessoas jurídicas de direito público referidas no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), deverá ser realizado para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público [...]” (art. 23, caput). Sobre o tratamento de dados pela Procuradoria-Geral do Estado, o estagiário deve saber ser incorreto um dos seguintes enunciados:**
- a) são dados pessoais as informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável;
  - b) todo tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve ser acompanhada por um encarregado;
  - c) o Poder Público só pode tratar dados pessoais mediante fornecimento de consentimento pelo titular;
  - d) a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) pode dispor sobre as formas de publicidade das operações do Poder Público de tratamento de dados pessoais.
- 20) **Em seu trabalho na Procuradoria do Patrimônio e do Meio Ambiente, o estagiário tem a incumbência de analisar documentos públicos e particulares referentes a imóveis. Sobre os direitos reais, o estagiário deve saber ser correto um dos seguintes enunciados:**



- a) a hipoteca não é um direito real;
- b) a propriedade de bem imóvel de valor correspondente a dez vezes o maior salário mínimo vigente no país pode ser transferida por instrumento particular;
- c) a posse de bem imóvel só pode ser validamente transferida por escritura pública;
- d) a servidão constitui-se independentemente de registro no Cartório de Registro de Imóveis, seja qual for o valor do imóvel sobre o qual é constituída.
- 21) Em seu trabalho na Consultoria-Geral, o estagiário recebe, para análise preliminar, processo no qual se alega haver ocorrido violação do Estado à boa-fé objetiva, em sua relação com servidor público. Sobre a boa-fé objetiva, o estagiário deve saber serem seus grupos de casos todos os abaixo mencionados, exceto um:**
- a) proibição de comportamento contraditório (*nemo potest venire contra factum proprium*);
- b) *tu quoque*;
- c) *suppressio* (*Verwirkung*);
- d) abuso.
- 22) Em seu trabalho na Procuradoria Judicial, o estagiário recebe autos de processo judicial para elaborar minuta de contestação em ação judicial em que se cobra indenização do Estado por danos resultantes de acidente de trânsito envolvendo veículo da Polícia Militar. O Código Civil dispõe que: “Prescreve: [...] Em três anos: [...] a pretensão de reparação civil” (art. 206, § 3º, V). Já o Decreto Presidencial 20.910/1932 prescreve que: “As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem” (art. 1º); e que: “O disposto nos artigos anteriores não altera as prescrições de menor prazo, constantes das leis e regulamentos, as quais ficam subordinadas às mesmas regras” (art. 10). Para aferir a eventual ocorrência de prescrição de pretensão de reparação civil, o estagiário deve saber ser correto um dos seguintes enunciados:**
- a) o prazo prescricional é de cinco anos, por força do art. 1º do Decreto Presidencial 20.910/1932;
- b) o prazo prescricional é de três anos, por força do art. 10 do Decreto Presidencial 20.910/1932;
- c) o prazo prescricional é de três anos, porque o Decreto Presidencial 20.910/1932 não foi recepcionado pela Constituição da República;
- d) o prazo prescricional é de três anos, porque o Decreto Presidencial 20.910/1932 foi tacitamente revogado pelo Código Civil.



- 23) Em seu trabalho na Procuradoria Fiscal, o estagiário defronta-se com renúncia a herança, nos seguintes termos: “Renuncio à herança sob condição de meu irmão não se casar com sua noiva”. O estagiário deve saber ser correto um dos seguintes enunciados:
- a) a renúncia não é eficaz em relação ao Fisco, por ser sob condição;
  - b) a renúncia não é eficaz em relação ao Fisco, por ser a termo;
  - c) a renúncia não é eficaz em relação ao Fisco, por violar a boa-fé objetiva;
  - d) a herança é irrenunciável.
- 24) Em seu trabalho na Procuradoria da Licitações e Contratos, o estagiário recebe a atribuição de elaborar minuta de recurso contra decisão judicial que anulou procedimento licitatório sobre o seguinte fundamento: “A licitação viola a dignidade da pessoa humana”. O estagiário deve saber ser incorreto um dos seguintes enunciados:
- a) a decisão judicial teria que demonstrar a necessidade e a adequação da invalidação da licitação;
  - b) a decisão judicial teria que considerar as consequências práticas da decisão;
  - c) a decisão judicial teria que indicar de modo expresso as suas consequências jurídicas e administrativas;
  - d) a decisão judicial teria que explicitar como chegou ao resultado da ponderação entre o princípio da dignidade humana e o princípio da licitação.

---

#### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 25) Segundo o CPC, “não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”. Esse é o denominado princípio:
- a) do contraditório;
  - b) da publicidade;
  - c) da inafastabilidade da jurisdição;
  - d) da imutabilidade da coisa julgada.
- 26) Dentre os critérios que são utilizados para fixação da competência relativa, podemos incluir o(a):
- a) territorial;
  - b) funcional;
  - c) material;
  - d) pessoal.

**27) Incluem-se entre os requisitos da petição inicial:**

- a) o valor da causa;
- b) a indicação de precedente vinculante;
- c) a indicação da norma legal violada;
- d) o pedido de intervenção do Ministério Público.

**28) É recurso, segundo o CPC:**

- a) a ação rescisória;
- b) a reclamação;
- c) a apelação;
- d) o incidente de resolução de demandas repetitivas.

**29) O valor da causa para fins de competência do juizado especial da fazenda pública é de:**

- a) 10 salários-mínimos;
- b) 20 salários-mínimos;
- c) 30 salários-mínimos;
- d) 60 salários-mínimos.

**30) Ação constitucional sumaríssima, na qual se objetiva debelar ilegalidade ou abuso de poder, sendo vedada a dilação probatória no respectivo procedimento. Essa definição corresponde à:**

- a) ação direta de inconstitucionalidade;
- b) mandado de segurança;
- c) ação popular;
- d) ação civil pública.

---

Ajude a aprimorar os processos seletivos da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará.

Envie suas sugestões, críticas e elogios para [estagios@pge.ce.gov.br](mailto:estagios@pge.ce.gov.br).

“A educação é um processo social, é desenvolvimento.  
Não é a preparação para a vida, é a própria vida”.

John Dewey

---